

**Salto do Guassupi Energética S.A.**

**Demonstrações Financeiras**

Referentes aos exercícios findos 31 de dezembro de 2018  
e 2017 com Relatório do Auditor Independente

# **Salto do Guassupi Energética S.A.**

## Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

### **Índice**

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanços patrimoniais.....	4
Demonstrações dos resultados.....	6
Demonstrações dos resultados abrangentes .....	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido .....	8
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras .....	10



Building a better  
working world

Edifício Califórnia Center  
Rua Dr. Amadeu da Luz, 100  
8º Andar - Conj. 801 - Centro  
89010-910 - Blumenau, SC, Brasil

Tel: (5547) 2111-0700  
Fax: (5547) 2111-0719  
ey.com.br

## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras**

Aos  
Administradores e Acionistas da  
**Salto do Guassupi Energética S.A.**  
Brusque (SC)

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da Salto do Guassupi Energética S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Building a better  
working world

## **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.



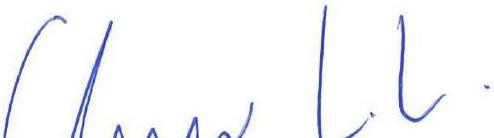
Building a better  
working world

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Blumenau, 20 de dezembro de 2019.

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S.S.  
CRC-2SP015199/O-6



Cleverson Luís Lescowicz  
Contador CRC-SC-027535/O-0

# **Salto do Guassupi Energética S.A.**

## **Balanços patrimoniais**

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais)

	<b>Notas</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
<b>Ativo</b>			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	<b>4</b>	<b>546</b>	23
Tributos a recuperar		<b>20</b>	20
Total do ativo circulante		<b>566</b>	43
Não circulante			
Depósitos judiciais	<b>5</b>	<b>771</b>	771
Partes relacionadas	<b>6</b>	<b>1.957</b>	957
Imobilizado	<b>7</b>	<b>12.862</b>	2.549
Total do ativo não circulante		<b>15.590</b>	4.277
Total do ativo		<b>16.156</b>	4.320

	<b>Notas</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
<b>Passivo</b>			
Circulante			
Fornecedores	<b>8</b>	<b>697</b>	-
Obrigações sociais e trabalhistas		<b>12</b>	-
Tributos a recolher		<b>33</b>	-
Total do passivo circulante		<b>742</b>	-
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	<b>9</b>	<b>7.086</b>	-
Total do passivo não circulante		<b>7.086</b>	-
Patrimônio líquido	<b>10</b>		
Capital social		<b>220</b>	<b>220</b>
Adiantamento para futuro aumento de capital		<b>9.060</b>	<b>4.885</b>
Prejuízos acumulados		<b>(785)</b>	<b>(758)</b>
Prejuízos do exercício		<b>(167)</b>	<b>(27)</b>
Total do patrimônio líquido		<b>8.328</b>	<b>4.320</b>
Total do passivo		<b>16.156</b>	<b>4.320</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **Salto do Guassupi Energética S.A.**

### **Demonstrações dos resultados**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Valores expressos em milhares de reais)

	<b>Notas</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
Despesas operacionais			
Despesas administrativas e gerais	<b>12</b>	<b>(168)</b>	<b>(27)</b>
		<b>(168)</b>	<b>(27)</b>
Despesas administrativas e gerais			
Despesas financeiras		<b>3</b>	-
Despesas financeiras		<b>(2)</b>	-
		<b>1</b>	-
Despesas financeiras			
Prejuízo do exercício		<b>(167)</b>	<b>(27)</b>
IRPJ/CSLL corrente		-	-
Prejuízo do exercício		<b>(167)</b>	<b>(27)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **Salto do Guassupi Energética S.A.**

### **Demonstrações dos resultados abrangentes**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Valores expressos em milhares de reais)

	<b>Notas</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
Prejuízo do exercício		(167)	(27)
Outros resultados abrangentes		-	-
Total dos resultados abrangentes		<b>(167)</b>	<b>(27)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **Salto do Guassupi Energética S.A.**

### **Demonstrações das mutações do patrimônio líquido**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Valores expressos em milhares de reais)

	<b>Capital social</b>	<b>Adiantamento para futuro aumento de capital</b>	<b>Prejuízos acumulados</b>	<b>Total</b>
Saldos em 31 de dezembro de 2016	220	4.765	(758)	4.227
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	120	-	120
Prejuízo do exercício	-	-	(27)	(27)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	220	4.885	(785)	4.320
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	4.175	-	4.175
Prejuízo do exercício	-	-	(167)	(167)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	220	9.060	(952)	8.328

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# **Salto do Guassupi Energética S.A.**

## **Demonstrações dos fluxos de caixa**

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
<b><u>Fluxo de caixa das atividades operacionais</u></b>		
Prejuízo do exercício	(167)	(27)
Redução (aumento) em:		
Partes relacionadas	(1.000)	(46)
Aumento (redução) em:		
Fornecedores	697	(8)
Obrigações sociais e trabalhistas	12	(1)
Tributos a recolher	33	(3)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>(425)</u>	<u>(85)</u>
<b><u>Atividades de investimentos</u></b>		
Aquisição de ativo imobilizado	(10.313)	(23)
Caixa líquido gerado nas atividades de investimentos	<u>(10.313)</u>	<u>(23)</u>
<b><u>Atividades de financiamentos</u></b>		
Captação de empréstimos	7.086	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	4.175	120
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	<u>11.261</u>	<u>120</u>
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa	<u>523</u>	<u>12</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	23	11
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	546	23
Variação líquida no caixa e equivalentes de caixa	<u>523</u>	<u>12</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# **Quevedos Energética S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Valores expressos em milhares de reais)

## **1. Contexto operacional**

A Salto do Guassupi Energética S.A. (“Salto” ou Companhia”), com sede em Julio Castilhos na Estrada da Quebra Dentes, s/n, no bairro Interior– Estado do Rio Grande do Sul é uma sociedade por ações constituída em 07 de julho de 2006. A Companhia tem como objeto social qualquer atividade relacionada a administração, construção, planejamento, operação, manutenção e ao desenvolvimento de projetos de geração de energia elétrica renovável por meio de PCHs, observando a estrutura prevista em acordo de acionistas, e participação em outras companhias, sociedades ou consórcios, como acionista, sócia ou consorciada.

A Companhia opera sob exploração do potencial hidrelétrico do Rio Guassupi, sub-bacia 76, bacia hidrográfica do Rio Uruguai, localizada nos municípios de Júlio Castilho e São Matinho da Serra no estado do Rio Grande do Sul através de regime de autorização concedida pela Agência Nacional de Energia Elétrica ANEEL através da Resolução Autorizativa nº 3.931, de 26 de fevereiro de 2013 com vencimento original em 30 anos após a emissão da resolução autorizativa.

A geradora terá potência instalada de 12.199 kW e potência líquida de 12.016 kW, da capacidade instalada a Companhia possui venda contratada de 5.000 kW do período de 2022 a 2051 através do leilão A-4 de 2018. A Companhia tem previsão para início das operações no primeiro semestre de 2020.

A Companhia requer investimentos e apoio financeiro para a continuidade de investimento na infraestrutura operacional, na data de divulgação deste relatório, a diretoria administrativa confirma que os acionistas possuem capacidade e intenção suficientes para fornecer o suporte financeiro necessário para a referida Companhia continuar seus investimentos e para posterior operações como uma atividade contínua, proporcionalmente à sua participação acionária.

A autorização para conclusão da preparação destas demonstrações financeiras ocorreu na reunião de diretoria realizada em 20 de dezembro de 2019.

# **Quevedos Energética S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Valores expressos em milhares de reais)

## **2. Políticas contábeis**

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs). As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que foram aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A Companhia adotou os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC, que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2018.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelas propriedades para investimento, instrumentos financeiros derivativos, ativos relacionados a instrumentos de dívida ou patrimoniais e contraprestações contingentes que foram mensurados pelo valor justo, e apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior.

Ativos e passivos são classificados conforme seu grau de liquidez e exigibilidade. Os mesmos são classificados como circulante quando provável que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos 12 (doze) meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulante.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a estimativas incluem: a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e o imposto de renda e contribuição social diferidos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas anualmente.

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia, exceto quando indicado de outro modo. Todos os valores apresentados nestas demonstrações financeiras estão expressos em milhares de reais e foram arredondados para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

# **Salto do Guassupi Energética S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Valores expressos em milhares de reais)

## **2. Políticas contábeis--Continuação**

### **2.1. Caixa e equivalentes de caixa**

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor de mercado.

### **2.2. Imobilizado**

O imobilizado é registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescido, quando aplicável, de juros capitalizados durante o período de construção, líquido de depreciação acumulada e de provisão para redução ao valor recuperável de ativos para os bens paralisados e sem expectativa de reutilização ou realização, quando aplicável.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil estimada de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas de depreciação para os ativos de usinas hidrelétricas estão de acordo com a Resolução Normativa nº 474/12, emitida pela ANEEL, onde novas taxas anuais de depreciação para os ativos em serviço foram estabelecidas, a partir de 1º de Janeiro de 2012, alterando as tabelas I e XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE, aprovado pela Resolução Normativa nº 367/09. As taxas de depreciação refletem a vida útil dos ativos e são as utilizadas pela Companhia para a depreciação dos seus ativos imobilizados.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômico-futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando-se o produto da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

# **Salto do Guassupi Energética S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Valores expressos em milhares de reais)

## **2. Políticas contábeis--Continuação**

### **2.3. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros**

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete o custo médio ponderado de capital para o negócio em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes. A perda por desvalorização do ativo é reconhecida no resultado de forma consistente com a função do ativo sujeito à perda.

### **2.4. Demonstrações dos fluxos de caixa**

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

# **Salto do Guassupi Energética S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Valores expressos em milhares de reais)

## **2. Políticas contábeis--Continuação**

### **2.5. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2018**

A Companhia aplicou pela primeira vez determinadas alterações às normas, em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018 ou após esta data. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não vigentes. A natureza e o impacto de cada uma das novas normas e alterações são descritos a seguir:

A IFRS 15 (CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente) foi emitida em maio de 2014, alterada em abril de 2016 e estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. De acordo com a IFRS 15, a receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente. A nova norma para receita substituirá todos os requisitos atuais de reconhecimento de receita de acordo com as IFRS.

O CPC 48 - Instrumentos financeiros, equivalente à norma internacional IFRS 9, substitui o CPC 38 (equivalente à norma internacional IAS 39) para períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2018, reunindo todos os três aspectos da contabilização de instrumentos financeiros: classificação e mensuração; redução ao valor recuperável; e contabilidade de hedge.

A administração da Companhia avaliou tais normas e conclui que tais normas e orientações não afetaram significativamente os saldos registrados pela Companhia, todavia podem ter requerido divulgações adicionais, feitas nas respectivas notas explicativas o qual aplicou de forma prospectiva.

# **Salto do Guassupi Energética S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Valores expressos em milhares de reais)

## **2. Políticas contábeis--Continuação**

### **2.6. Pronunciamentos CPC ainda não em vigor em 31 de dezembro de 2018**

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

#### CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento mercantil

O CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento mercantil, emitido pelo CPC é equivalente à norma internacional IFRS 16 – Leases, emitida em janeiro de 2016 em substituição à versão anterior da referida norma (CPC 06 (R1), equivalente à norma internacional IAS 17). O CPC 06 (R2) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06 (R1). A norma inclui duas isenções de reconhecimento para os arrendatários – arrendamentos de ativos de “baixo valor” (por exemplo, computadores pessoais) e arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos com prazo de 12 meses ou menos). Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo para efetuar os pagamentos (um passivo de arrendamento) e um ativo representando o direito de usar o ativo objeto durante o prazo do arrendamento (um ativo de direito de uso). Os arrendatários devem reconhecer separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso.

Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário reconhecerá o valor de reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste ao ativo de direito de uso.

A Companhia já realizou um diagnóstico dos principais impactos destas normas e para suas operações, que indicou mudanças, entretanto, já está preparando os controles necessários para apresentação da mudança frente ao ano corrente visto que adotará o CPC 06 (R2) de forma prospectiva.

# **Salto do Guassupi Energética S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Valores expressos em milhares de reais)

## **3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas**

### Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras.

No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

### Estimativas e premissas

As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

A liquidação das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas anualmente.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data de reporte, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

### *Compromisso de arrendamento mercantil*

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos dez anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extração.

## **Salto do Guassupi Energética S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Valores expressos em milhares de reais)

### **4. Caixa e equivalentes de caixa**

Conforme demonstrado a seguir, compreendem os saldos de depósitos bancários em contas correntes e aplicações financeiras:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Bancos	522	-
Aplicações financeiras	24	23
	<u>546</u>	<u>23</u>

Compreendem depósitos bancários à vista e aplicações financeiras automáticas em renda fixa em CDBs remuneradas 100% das taxas do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

### **5. Depósitos judiciais**

A Companhia é autora de processos judiciais, nos quais reivindicam a posse definitiva de terrenos por desapropriação, os saldos de depósitos judiciais são assim representados:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Desapropriações	771	771
	<u>771</u>	<u>771</u>

## **Salto do Guassupi Energética S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Valores expressos em milhares de reais)

### **6. Partes relacionadas**

Os saldos a pagar representam principalmente operações de empréstimos em forma de mútuo. Os saldos estão assim apresentados:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
<b>Ativo</b>		
Rincão dos Albinos Energética S/A	247	307
Rincão São Miguel S/A	1.400	240
Quevedos Energética S/A	310	410
	<b>1.957</b>	<b>957</b>

O saldo com a parte relacionada é originado pelo pagamento de despesas da Companhia pela mutuante. As partes definiram entre si a não atualização monetária dos saldos, além do fato de não ter sido definido formalmente prazo para liquidação do débito.

### **7. Imobilizado**

Refere-se ao ativo construído das usinas e redes de transmissão, reconhecidos pelo custo de construção e aquisição e depreciados em conformidade com a vida útil definida pela Resolução nº 674/2015 da ANEEL.

Os detalhes do ativo imobilizado da Companhia estão demonstrados a seguir:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
<b>Custo de aquisição</b>		
Terrenos	2.101	1.426
Imobilizado em curso	9.621	991
Adiantamentos a fornecedores	1.140	132
<b>Total do imobilizado</b>	<b>12.862</b>	<b>2.549</b>

Movimentações no ativo imobilizado em dezembro de 2018:

	<u>31/12/2017</u>	<u>Adição</u>	<u>31/12/2018</u>
<b>Custo de aquisição</b>			
Terrenos	1.426	675	2.101
Imobilizado em curso	991	8.630	9.621
Adiantamentos a fornecedores	132	1.008	1.140
<b>Total do imobilizado</b>	<b>2.549</b>	<b>10.313</b>	<b>12.862</b>

## **Salto do Guassupi Energética S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Valores expressos em milhares de reais)

### **7. Imobilizado--Continuação**

Movimentações no ativo imobilizado em dezembro de 2017:

	<u>31/12/2016</u>	<u>Adição</u>	<u>31/12/2017</u>
Custo de aquisição			
Terrenos	1.426	-	1.426
Imobilizado em curso	968	23	991
Adiantamentos a fornecedores	132	-	132
	<u>2.526</u>	<u>23</u>	<u>2.549</u>
Total do imobilizado	<u>2.526</u>	<u>23</u>	<u>2.549</u>

### **8. Fornecedores**

Os saldos com fornecedores na data dos balanços são os seguintes:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Fornecedores	<u>697</u>	<u>-</u>
	<u>697</u>	<u>-</u>

# **Salto do Guassupi Energética S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Valores expressos em milhares de reais)

## **9. Empréstimos e financiamentos**

Os empréstimos captados são para construção da PCH e possuem o seguinte saldo na data dos balanços:

	Encargos	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Itaú S.A.	IPCA+5,15% a.a.	<u>7.086</u>	<u>-</u>
		<u>7.086</u>	<u>-</u>

## **10. Provisões para contingências**

Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia não possuía processo com probabilidade de risco de perda avaliada pelos consultores jurídicos como provável ou possível.

## **11. Patrimônio líquido**

### a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado é de R\$ 220.000 em 31 de dezembro de 2018 e está representado por um total de 220.000 de quotas (220.000 quotas em 31 de dezembro de 2017).

### b) Adiantamento para futuro aumento de capital

Os aportes efetuados pelos acionistas têm como objetivo suprir as necessidades financeiras da Companhia. O saldo em 31 de dezembro de 2018 totaliza R\$ 9.060 (R\$ 4.885 em 31 de dezembro de 2017).

## **12. Despesas administrativas e gerais**

A seguir demonstramos a despesa por natureza nas datas dos balanços:

		<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Despesas por natureza			
Despesas com pessoal		(100)	-
Honorários contábeis		(18)	(13)
Acessoria jurídica		(29)	-
Viagens e estadias		(7)	(6)
Outras despesas		(14)	(8)
		<u>(168)</u>	<u>(27)</u>

## **Salto do Guassupi Energética S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Valores expressos em milhares de reais)

### **13. Objetivo e políticas para gestão de risco financeiro**

Os principais passivos financeiros da Companhia, que não sejam derivativos, referem-se a empréstimos, imóveis a pagar e partes relacionadas. O principal propósito destes passivos financeiros é financiar as operações da Companhia. Os principais ativos financeiros da Companhia incluem contas a receber de partes relacionadas, caixa e equivalentes de caixa que resultam diretamente de suas operações.

Os instrumentos financeiros constantes nas contas de ativo e passivo encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2018 e correspondem, substancialmente, ao seu valor de mercado.

Os principais instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro são:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Caixa e equivalentes de caixa	546	23
Partes relacionadas - ativa	1.957	957
Fornecedores	697	-
Empréstimos e financiamentos	7.086	-

A Companhia está exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. A alta administração da Companhia supervisiona a gestão destes riscos. A alta administração da Companhia conta com o suporte de um comitê de riscos financeiros que presta assessoria em riscos financeiros e estrutura de governança em riscos financeiros apropriada para a Companhia. O comitê de riscos financeiros fornece garantia à alta administração da Companhia de que as atividades da Companhia em que se assumem riscos financeiros são regidas por políticas e procedimentos apropriados e que os riscos financeiros são identificados, avaliados e gerenciados de acordo com as políticas da Companhia e disposição para risco da Companhia. Todas as atividades com derivativos para fins de gestão de risco são realizadas por equipes especializadas com habilidades, experiência e supervisão apropriadas. É política da Companhia não participar de quaisquer negociações de derivativos para fins especulativos. O Conselho de Administração revisa e estabelece políticas para gestão de cada um destes riscos, os quais são resumidos a seguir.

## **Salto do Guassupi Energética S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Valores expressos em milhares de reais)

### **13. Objetivo e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação**

- a) Risco de crédito: o risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao reconhecimento de perdas. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação às contas a receber) e de financiamento, incluindo caixa e equivalentes de caixa, transações em moeda estrangeira e outros instrumentos financeiros.

Adicionalmente, a Companhia monitora os valores depositados e a concentração em determinadas instituições e, assim, mitiga o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

- b) Risco de liquidez: A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de avaliações regulares de sua administração. Na Nota 7 apresentamos o perfil do vencimento do passivo financeiro com instituições financeiras da Companhia, com base nos pagamentos contratuais não descontados.
- c) Risco de mercado: o risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam dois tipos de risco: (a) risco de taxa de juros e (b) risco cambial.
- d) Risco de encargos financeiros/flutuação de taxa de câmbio: esse risco advém da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros de captação bem como pela exposição a oscilações de câmbio que aumentem as suas despesas financeiras relativas a empréstimos obtidos junto a instituições financeiras ou partes relacionadas. A Companhia monitora continuamente a volatilidade das taxas de mercado.

## **Salto do Guassupi Energética S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Valores expressos em milhares de reais)

### **13. Objetivo e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação**

- e) Gerenciamento de capital: a Administração da Companhia gerencia seus recursos, a fim de assegurar a continuidade dos negócios e maximizar os recursos para aplicação em abertura de lojas, reformas e remodelação das lojas existentes, além de prover retorno aos quotistas. Periodicamente, a Administração revisa a estrutura de capital e sua habilidade de liquidar os seus passivos, bem como monitora tempestivamente o prazo médio de fornecedores em relação ao prazo médio de giro dos estoques, tomando as ações necessárias quando a relação entre esses saldos apresentar ativo maior que o passivo. Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade das operações para oferecer retorno aos acionistas e benefícios a outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo e maximizar os recursos para aplicação em abertura de lojas, reformas e remodelação das lojas existentes.

A dívida líquida da Companhia em relação ao capital ao final do exercício é apresentada a seguir:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Empréstimos e financiamentos	7.086	-
Menos: Caixa e equivalentes de caixa	546	23
<hr/>	<hr/>	<hr/>
Dívida líquida	6.540	(23)
Total do patrimônio líquido	8.328	4.320
<hr/>	<hr/>	<hr/>
Dívida líquida e patrimônio líquido	14.868	4.297
Quociente de alavancagem	44%	-1%

Não houve alterações na abordagem da Companhia à administração de capital durante o período. A Companhia, não está sujeita às exigências externas impostas de capital.

### **14. Cobertura de seguros**

A Companhia adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados por montantes considerados suficientes pela Administração, levando-se em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros.

Não está incluído no escopo dos trabalhos de nossos auditores emitir opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros.